

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

MARLI AMÂNCIO DE OLIVEIRA

**EJA E PROEJA: RESGATE HISTÓRICO
E PERSPECTIVAS DE ENSINO**

GOIÂNIA
2009

MARLI AMÂNCIO DE OLIVEIRA

**EJA E PROEJA: RESGATE HISTÓRICO
E PERSPECTIVAS DE ENSINO**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sob a orientação da professora Dra. Mírian Fábria Alves.

GOIÂNIA

2009

Direitos autorais

Todos os direitos são reservados e sendo proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás

OLIVEIRA, Marli Amâncio de.

EJA e Proeja: resgate histórico e perspectivas de ensino. Goiânia: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, 2009.

36 P.

Orientador: Mirian Fábria Alves.

Monografia de Pós-Graduação Lato sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Título de Especialista em educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

1.EJA 2.Proeja 3.Trabalhador 4. Mercado

MARLI AMÂNCIO DE OLIVEIRA

**EJA E PROEJA: RESGATE HISTÓRICO
E PERSPECTIVAS DE ENSINO**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, para obtenção do grau de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, aprovada em 08/08/2009, pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dr^a. Miriam Fábila Alves – UFG

Prof^a. Dr^a. Maria Margarida Machado - UFG

Prof^a. Dr^a. Arlene Carvalho de Assis Clímaco

À minha família. À minha filha Débora Amâncio de Oliveira, amiga e inspiradora para minhas vitórias. Ao pastor Gilson Sardinha e Pastor Boaventura, pois todos contribuíram de forma especial para que eu pudesse alcançar esta vitória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que sempre esteve ao meu lado, me abençoando, e que mesmo diante dos obstáculos, possibilitou para que eu pudesse conquistar essa realização pessoal.

Agradeço ao carinho da minha família que esteve ao meu lado nesta caminhada, e também ao carinho especial e grande incentivador de Cárta Aparecida de Faria, aos professores e coordenadores que se dedicaram ao curso na cidade de Goiânia.

Aos colegas do curso que incentivaram e compartilharam mutuamente.

À professora Dra. Mírian Fábria Alves, por sua contribuição nesse trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade compreender a trajetória histórica da modalidade de ensino EJA e PROEJA, apresentando algumas mudanças na metodologia diferenciada deste ensino em relação ao ensino regular, para atender a necessidade do grupo de jovens e adultos trabalhadores de baixa renda, buscando também entender em que aspecto o Proeja pode ser considerado um programa de inclusão. Esta política de ensino busca atender e compreender as dificuldades dos discentes na inserção do mercado. Assim, apresenta a forma e as perspectivas de elevação cultural e profissional que esta oferece ao jovem e adulto trabalhador na busca da melhor qualidade de vida. Apresenta também, que esta modalidade de ensino EJA e o programa Proeja, ainda depara com dificuldades políticas no sentido de sua ampliação e divulgação, porém mesmo assim pode tornar o educando melhor formado. Foca também a necessidade de formação do profissional docente para ministrar esta modalidade de ensino. Para esse estudo foi realizado uma pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: EJA, Proeja, Trabalhador, Mercado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I - AS TRANSFORMAÇÕES E HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL	10
CAPÍTULO II - O PROEJA: TRAJETÓRIA E DESAFIOS	18
CAPÍTULO III - EJA E PROEJA: A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA E A INCLUSÃO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

Essa monografia tem como proposta fazer um resgate histórico da Educação de Jovens e Adultos – EJA –, bem como da implantação do Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Modalidades de Jovens e Adultos – Proeja, este programa tem como objetivo proporcionar a integração da escolarização de jovens e adultos trabalhadores com a formação profissional procura-se também evidenciar a trajetória dessas modalidades de ensino no Brasil que têm passado por várias turbulências e falta de políticas públicas.

Observando as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais do mundo contemporâneo, pode-se constatar que a instituição escolar também tem passado por constantes transformações, pois a transformação tecnológica e a busca de melhores condições sociais para todos fundamentam-se na vida escolar e, na educação do cidadão, neste caso, o jovem e adulto trabalhador.

Desta forma, será apresentado o histórico da EJA e do PROEJA, enfocando os principais fatores que são necessários para avaliar a trajetória dessa modalidade de educação e de sua importância na inclusão de jovens e adultos trabalhadores de baixa renda, e também porque é através deste curso que os mesmos visam integrar-se no mercado de trabalho com finalidade de melhorar sua qualificação profissional e conseqüentemente elevar a sua qualidade de vida.

Para desenvolver a trajetória da modalidade EJA e do Programa PROEJA, faz-se necessário entender que a educação é a base, a raiz para a transformação do ser humano, na sua realização profissional e pessoal, para então galgar novos degraus que o levarão a melhores condições sociais nessa sociedade que enfrenta grandes problemas devido à desigualdade social do país.

Como afirma Fazoli, (1977, p.17)

É verdade que só a inclusão da escola entre as prioridades de conduta, não faz milagres. É preciso, antes de tudo, uma sociedade que absorva e integre essa prioridade no contexto da cultura.

A pesquisa consiste em uma abordagem histórica sobre a EJA e Proeja, enfocando sua trajetória no decorrer dos anos, estabelecendo sua importância como forma de educação a jovens e adultos. Contou como metodologia a pesquisa bibliográfica, visando estabelecer vínculos com a EJA e Proeja nos dias de hoje. O trabalho foi organizado em três capítulos: o primeiro discute as transformações e histórico da EJA no Brasil; o segundo capítulo esboça a trajetória e os desafios do Proeja; e o capítulo três descreve claramente a importância deste meio de ensino para a formação de jovens e adultos enquanto cidadão e sua inclusão no mercado de trabalho.

CAPÍTULO I

AS TRANSFORMAÇÕES E HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

Esse capítulo tem como objetivo fazer um resgate histórico da EJA no Brasil enfocando os períodos de transformações ocorridas no ensino de jovens e adultos trabalhadores.

A educação no Brasil colonial para jovens e adultos estava mais ligada à religiosidade do que no âmbito educacional. Dessa forma a educação brasileira era privilégio da elite, por esse motivo o papel do estado quase não se fazia presente, uma vez que se tratava de uma cultura escravista com predomínio do autoritarismo, portanto, mesmo que a constituinte determinasse a educação como direito de todos na prática ela não se realizava.

Na transição para o regime republicano no ano de 1891, Benjamim Constant realizou uma reforma na educação, baseado nos ensinamentos de Augusto Comte, elaborou uma reforma de ensino de nítida orientação positivista, defensora de uma ditadura republicana dos cientistas e de uma educação como prática neutralizadora das tensões sociais. (NASCIMENTO, 2004). Pode-se perceber que essa reforma na educação deu continuidade ao privilégio da elite.

Já na década de 1930, os formuladores de políticas educacionais tomaram a alfabetização de adultos como aquisição de um sistema de código alfabético, com o objetivo de levar a população apenas adquirir a prática da leitura e da escrita. (Moura, 1999, p. 24)

O país, sob a ditadura de Vargas, buscava a formação de um estado moderno nacional. Neste período, promoveu à expansão do sistema educativo, sendo de responsabilidade do governo federal a oferta do ensino gratuito, bem como a ampliação da educação e definição de diretrizes educacionais para todo o país, e seria de responsabilidade dos Estados e Municípios que o programa funcionasse.

Para dar continuidade à expansão na educação, o Ministério da Educação e Saúde expandiu-se criando o INEP- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o qual deveria funcionar como centro de estudos acerca das questões educacionais relacionadas com os trabalhos desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Saúde. Era o INEP que firmava convênios para dar apoio aos Estados na área financeira e técnica, no campo do ensino primário, sendo integrado ao Fundo Nacional do Ensino Primário em 1942 (CUNHA, 1991)

Em 1945, após a segunda Guerra Mundial, a criação da Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), possibilitou a promoção em âmbito mundial do desenvolvimento da educação direcionada para a paz dos povos e redução do analfabetismo. Buscava-se também a melhoria da educação de jovens e adultos para redução das desigualdades sociais mundiais, principalmente nos países de terceiro mundo.

No Brasil, no período de 1947, foi criado o SNEA – Serviço Nacional da Educação de Adultos, que tinha como objetivo orientar e coordenar os trabalhos do Ensino Supletivo. Com o seu desempenho o SNEA conseguiu realizar a 1ª Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA. A Campanha visava atender os apelos da UNESCO, que incluía a redemocratização do país, preparação da mão-de-obra para atender ao progresso do país e melhorar as estatísticas do analfabetismo brasileiro e sua imagem no cenário internacional. Nesse sentido, a criação da UNESCO contribuiu de forma positiva para o surgimento de discussões e implementações de ações referente à redução do analfabetismo, dando início também a campanhas voltadas para o melhoramento da educação de jovens e adultos, aperfeiçoamento profissional e ao desenvolvimento comunitário. (COMERLATO, 1999).

Porém, essas campanhas foram extintas no final dos anos 1950, permanecendo apenas o supletivo, o qual foi assumido pelos governos de Estados e Municípios. Neste período a Educação de Jovens e Adultos no

Brasil ficou estagnada, passando do campo de ações para o campo das reflexões e discussões sobre o analfabetismo. O país neste momento encontrava-se em busca de um novo projeto pedagógico, através da necessidade de se formular e consolidar um novo projeto pedagógico surgiu como referência os trabalhos de Paulo Freire, que se tornou conhecido por aprofundar na temática da alfabetização de adultos, e também por suas experiências em alfabetizá-los¹. Paulo Freire foi convidado pelo presidente João Goulart, em 1964, para coordenar o “Plano Nacional de Educação de Adultos”. Para Paulo Freire era a grande oportunidade de transformar o quadro educacional no Brasil, no sentido de transformar qualitativamente a educação e não apenas quantitativamente como era a prática desenvolvida até então².

O objetivo de Paulo Freire era desenvolver uma aprendizagem reflexiva, crítica e contextualizada, fazer com que o educando aprendesse não só a ler, escrever e contar, mas constituir um cidadão com formação de consciência crítica. Para isso iniciou o processo de organização dos círculos de cultura como espaço privilegiado desse processo de formação, que consistia na formação de salas de bate papo, onde se realizava a alfabetização através de conversas informais e com integração de aproximação e conhecimento mútuo. Essa integração ajudava o educador a observar o vocabulário dos alunos e de sua comunidade valorizando sua história e sua regionalidade, dessa forma o educador selecionaria as palavras que serviria de base para o desenvolvimento das lições. No entanto, o golpe militar de 1964 põe fim ao processo de instalação de 20 mil “círculos de cultura” que atenderiam 2 milhões de alfabetizados.

Com o autoritarismo do regime militar, todos esses movimentos e projetos de desenvolvimento da educação, liberdade de cultura foram

¹ Disponível em: http://aveb.univap.br/opencms/opencms/sites/ve2007neo/pt-BR/imagens/27-06-07/Ticxs/trabalho_148_paola_anais.pdf.

² Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Freire.

impedidos de funcionar, e os seus integrantes, principalmente seus líderes, foram severamente perseguidos pelos órgãos do governo federal. Paulo Freire foi preso em junho de 1964 e exilado na Bolívia, posteriormente, no Chile.

No exílio, Paulo Freire percorreu diversos países e em todos eles direcionou seu trabalho para o desenvolvimento de uma educação libertadora³. Toda a sua ação foi direcionada ao trabalho de educar o cidadão para a vida, tornando-se um ícone referencial para educação, principalmente de jovens e adultos.

Convém ressaltar que durante o regime militar a experiência de Paulo Freire foi rechaçada pelo governo brasileiro, que criou pela lei número 5.379, de 15 de Dezembro de 1967, o MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, que surgiu para dar prosseguimento às campanhas de alfabetização de adultos, iniciados com o Educador Lourenço Filho. A preocupação do Mobreal era fazer com que os alunos aprendessem a ler e escrever, não se preocupando com a formação do homem como ser completo. Por isso propunham modelo de alfabetização funcional dos jovens e adultos, ou seja, alfabetizava-se para que as pessoas adquirissem técnicas de leitura, escrita e cálculo, visando integrar o cidadão à sociedade para que ele conquistasse melhores condições de vida.

Na década de 1970, após a campanha nacional de alfabetização para adultos descobriu-se que a Lei que criava o Mobreal referia-se a “educação continuada de adolescentes e adultos”, o que acabou dando origem a vários programas. Estes tinham como objetivo inserir no cidadão uma política de bons costumes, ou seja, deixava implícito o dever do

³ Em busca do seu objetivo trabalhou no Chile durante 5 anos para o Movimento de Reforma Agrária da Democracia Cristã e para a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, professor visitante da Universidade de Harvard, atuou como professor visitante da Universidade de Harvard, foi consultor de Reforma Educacional em Colônias Portuguesas na África (em Guiné-Bissau e em Moçambique), escreveu diversas obras conquistando um papel de destaque no cenário educacional mundial. www.tvcbrazil.com.br/salto/.../bal/tetxt1.htm.

cidadão de conhecer seus direitos e principalmente suas obrigações e encontrar a melhor forma de participar de sua comunidade, porém, estes programas não atribuíam nenhuma responsabilidade aos serviços públicos.

O corpo técnico do Mobral fez várias tentativas para que o projeto não fosse extinto, mas em 1975 enfrentou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pelo senado federal. Pode-se afirmar que a proposta de educação do Mobral era baseada nos interesses políticos da época, com o objetivo de ensinar o povo a ler, escrever, contar e repassar o sentimento do bom comportamento para o povo, bem como justificar os atos da ditadura. Atender prioritariamente as populações carentes, pois só no ano de 1978 atendeu a “quase 2 milhões de pessoas, atingindo um total de 2.251 municípios em todo o país” (Corrêa, 1979, p. 459).

Os custos financeiros para manter a estrutura deste programa eram altíssimos. Com a recessão econômica do período de 1980, o fim do regime militar e a Nova República, o Mobral foi extinto e em seu lugar surgiu a Fundação Educar.

A Fundação Educar passou a fazer parte do Ministério da Educação, e diferentemente do Mobral, desenvolvia ações diretas de alfabetização, supervisão e acompanhamento, junto às instituições e secretarias dos recursos que recebiam para execução de suas atividades. Portanto, a Fundação Educar permaneceu até março de 1990 quando foi extinta pelo governo Collor através de medida provisória nº 251, realizada pelo Ministro da Educação Carlos Chiarelli, mas neste período nada foi realizado para a educação de jovens e adultos⁴.

A Educação para Jovens e Adultos, como modalidade passou a ganhar forças quando foi aprovada a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional LDB 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, determinando no artigo 11 que o Estado deverá “oferecer o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não

⁴ Disponível em: www.Carlos-rosa.com

tiveram acesso na idade própria” (BRASIL,1996), sendo também um dever do Estado o oferecimento da educação de jovens e adultos.

A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (BRASIL, 1996).

Assim pode-se considerar que por meio da LDB 9.394/96, houve nova perspectiva, uma vez que o cidadão tinha a lei a seu favor, ou seja, a garantia da educação para jovens e adultos.

Tendo em vista a trajetória da educação de jovens e adultos, essa modalidade de educação EJA, tem por objetivo garantir e estimular a educação de jovens e adultos da classe trabalhadora, que não conseguiram se escolarizar no ensino regular, com idade específica para tal. Neste caso foi necessário criar uma nova modalidade de ensino paralelo ao ensino regular justamente para absorver esta clientela de trabalhadores.

Portanto, é possível considerar que as políticas educacionais tornaram-se mais expressivas, mais definidas no final do século XX. Isso se deve à sua trajetória e também ao fato de que o trabalhador necessitava de estudos para conquistar melhorias no emprego e passando também reivindicar o seu direito de cidadão, o direito ao estudo. Essa procura pela modalidade EJA, também foi importante para sua transformação e as reflexões acerca da especificidade dessa formação tem ganhado o reconhecimento de forma globalizada, inclusive pelas organizações internacionais, tais como a UNESCO, mas também porque tem se tornado tema de discussões mundiais, como na V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos - Confinteia.

Para Paiva (1987) “o aprender por toda vida” é uma condição do mundo atual, porém a modalidade da EJA representa uma excelente possibilidade para o despertar de um cidadão reflexivo, uma vez que a EJA deve-se constituir como uma forma de ensino diferente do regular por trabalhar com a alfabetização do educando jovem e adulto trabalhador, interessado em recuperar o tempo que não pôde estudar e

aperfeiçoar seus conhecimentos, por isso essa modalidade propõe um currículo específico para atender essa clientela. A EJA está ligada à educação, mas também deve atender às exigências do mundo atual, fazendo o educando entender que aprender é um processo para toda vida, e que a escola não é só para alfabetizar é para garantir ao cidadão condições de prosseguimento dos estudos, proporcionando-lhes perspectivas de um emprego melhor para sair da condição de marginalizado.

Uma das preocupações da modalidade EJA está em entender quem são os seus sujeitos e que espaços sociais vêm ocupando. Essas pessoas geralmente são trabalhadores, excluídos do direito de se escolarizar, ou filhos de trabalhadores de baixa renda que não puderam se escolarizar no período adequado e por isso se tornou trabalhadores subalternos. Como pode ser observado nas palavras de CURY (2002).

Tem a ver com um país bastante injusto que não consegue distribuir suas riquezas de modo que todas possam ter acesso aos bens sociais e necessários a uma participação política consciente. Tem a ver também com um determinado tipo de escola que nem sempre conseguiu entender os diferentes ao mesmo tempo. Às vezes a escola confundiu igualdade com uniformidade e diferença com inferioridade para muitos e superioridade para poucos. Por isso mesmo, houve leis que proibiram o acesso de negros e índios à escola, que só incentivavam escolas da cidade (deixando de lado as escolas da roça) e não se pode deixar de dizer que houve muito preconceito com relação as mulheres, achando que elas deveriam ficar em casa e que por isso não necessitavam de leitura e de escrita (CURY, 2002)

Cury também comenta que a escola não chegou a todos os brasileiros, e que este fato deve-se a longa história do Brasil colonial, que se inicia com o despreço que os colonizadores tinham para com a leitura e a escrita proporcionada aos seus habitantes. E em seu estudo sobre a educação e principalmente a educação de jovens e adultos, Cury afirma que a educação é uma grande conquista, tão importante e tão valiosa que se torna uma condição prévia na integração entre o trabalhador e as informações e transformações da nossa sociedade.

Portanto, pode-se observar que a história da educação de jovens

e adultos no Brasil percorreu séculos num processo de conquistas e entraves políticos, que ora constituam direitos, ora se perdiam entre os conflitos políticos.

Dessa forma, o governo brasileiro tem promovido políticas públicas para ampliação e melhoramento da EJA, uma vez que este tem observado que um programa de alfabetização, sem garantia do direito de continuidade não faria justiça social à grande população de excluídos do direito à educação. O governo estabeleceu a permanência do ensino na EJA que garante a conclusão de nível fundamental e também a garantia do Ensino Médio, por via da mesma modalidade.

A perspectiva do governo em garantir a continuidade do processo educativo para jovens e adultos, após a LDB nº. 9.394/96, levou a publicação do Decreto nº. 2.208 de 17 de abril de 1997, que estabelece como objetivo das diretrizes e bases da educação nacional proporcionar a qualificação, profissionalização e atualização dos trabalhadores, independente da escolarização, qualificando-o para o desempenho do exercício de suas funções, aumentando a possibilidade de sua inserção no mercado de trabalho, bem como a qualificação do educando.

O Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, possibilita a um acesso a educação de qualidade a jovens e adultos de baixa renda, proporcionando uma melhor qualidade de vida e qualificação destes trabalhadores. Mas o acesso a esta educação passou por várias trajetórias como veremos no capítulo II, sendo um desafio constante da educação para que o ensino de qualidade seja realizado.

CAPÍTULO II

O PROEJA: TRAJETÓRIA E DESAFIOS

O capítulo II tem como enfoque a trajetória e os desafios do Proeja salientando os decretos ocorridos durante todo percurso e a realidade do PROEJA na atualidade.

Conforme a necessidade de dar continuidade ao trabalho da EJA, no sentido de formar cursos que proporcionaria aos jovens e adultos trabalhadores excluídos do processo educacional, dando a este a chance de concluir também o ensino médio, bem como a formação de um curso técnico, e também na expectativa de atender a necessidade do mercado de trabalho, em obter trabalhadores com formação completa do ensino médio e com capacitação profissional. Dessa forma surge o desafio de formar curso para fazer a integração da formação geral com a formação profissional. Assim emerge timidamente o EMJAT – Ensino Médio para Jovens e Adultos Trabalhadores, que surgiu em 2001, que era oferecido pelo CEFET - (Centro Federal de Educação Tecnológica). O EMJAT surgiu através de experiências de um grupo de professores voluntários que tinham por objetivo fazer do educando um cidadão consciente e crítico com intuito de capacitá-lo para que pudesse sair da marginalidade, e ainda, fazer com que este cidadão pudesse ser capacitado para ingressar na competitividade do mundo do trabalho. O EMJAT cedeu lugar ao PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Jovens e Adultos.

Através da Portaria 2.080 de 13 de junho de 2005, o Ministério da Educação instituiu o PROEJA em âmbito Federal, ou seja, o PROEJA passaria a ser ofertado pelos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, das Escolas Técnicas Federais, das vinculadas às Universidades Federais. A Portaria estabelecia também a integração da educação profissional, com o ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos trabalhadores tendendo à necessidade de criação de um programa de educação profissionalizante para todos os cidadãos, com o objetivo de capacitar o educando e aumentar a inserção deste, no

mundo do trabalho, elevando sua escolaridade e dando possibilidades de se qualificar profissionalmente. (BRASIL, 2005).

O MEC criou o Proeja-Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, através do Decreto nº. 5.478 em 24/06/2005. Mas este foi revogado, surgindo o Decreto 5.840, assinado em 13/07/2006, alterando nome do programa para – PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos⁵.

Por se tratar de uma experiência nova na educação, a fundamentação do referido programa gerava discussões acerca da integração da formação geral e formação profissional. Essas discussões já se faziam presentes desde 1980, mas tiveram como centro o Decreto 5.154 de 23 de Julho de 2004, que abria possibilidades das instituições federais de educação tecnológica atuarem na educação de jovens e adultos trabalhadores. Estes debates tinham como preocupação definir um eixo curricular que pudesse tornar-se adequado e funcional para atender às especificidades desse público tão heterogêneo que é o jovem e adulto trabalhador.

A implantação e integração do PROEJA em instituições federais, criou alguns desafios políticos e pedagógicos tais como: a construção de seu currículo, encontrar um meio de aproveitar e reconhecer nesses educandos os saberes adquiridos em espaços não formais de aprendizagem e de como articular as diferentes políticas sociais e qual seria a função da escola pública diante do conflito de não só alfabetizar, mas integrar educação e profissionalização, ou seja, incluir nessas instituições da educação uma política de inclusão social.

Com finalidade de encontrar solução para esses desafios, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC – MEC, promoveu, no ano de 2005, a realização de 15 oficinas pedagógicas para a implantação do PROEJA nas Instituições Federais. Essas oficinas foram

⁵ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf.

direcionadas ao trabalho com os docentes, podendo contar com a participação dos diretores de ensino, gerentes e coordenadores pedagógicos das escolas federais, além de alguns gestores estaduais de educação profissional. Os subsídios colhidos nas oficinas de sensibilização demonstram a necessidade de maior clareza nos fundamentos, conceitos e princípios da proposta. Em busca de solucionar esses desafios foi instituído, ainda em 2005, por um grupo formado por trabalhadores representantes da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica (RFEPT), do Fórum Nacional de EJA e de pesquisadores de universidades brasileiras, para a elaboração do primeiro Documento – Base PROEJA, destinado ao ensino do nível médio e educação profissional técnica de nível médio com ensino – médio. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS. 2005)

Assim, com a promulgação do Decreto 5.840/2006, que além de ter alterado o nome do PROEJA, conforme foi citado anteriormente, também tinha como objetivo proporcionar o ensino profissionalizante a estes jovens e adultos, ampliando este programa para todos os sistemas públicos de ensino e para as instituições do Sistema Nacional de Aprendizagem Social (Sistema S). O Decreto também manteve a obrigatoriedade de oferta do Proeja para a rede federal. Também foi formado um Comitê Nacional para acompanhamento e controle social da implementação nacional do PROEJA, em que a composição, as atribuições e o regimento foram definidos em conformidade do Ministério do Trabalho e Emprego e da Educação. (BRASIL, 2007)

Surge então à necessidade de se melhorar a capacitação dos docentes para atuar na implantação, implementação, monitoramento e avaliação do programa, tornar estes profissionais aptos a produzir e sistematizar conhecimentos em seus campos de abrangência. (SERRA, 2009)

Uma vez que o trabalho dos docentes necessita ser contínuo, para que este profissional ao prestar serviço para a sociedade esteja com seus conhecimentos atualizados quanto à transformação intelectual e do processo educativo, devendo também estar apto para entender os avanços tecnológicos, uma vez que este educador estará a serviço de

formar cidadãos capacitados para competir no mundo do trabalho.

Portanto, quanto à reavaliação do trabalho dos docentes, pode-se refletir nas palavras de Freire (1996, p. 22).

O que me interessa agora, repito, é alinhar e discutir alguns saberes fundamentais à prática educativo-crítica ou progressista e que, por isso devem ser conteúdos obrigatórios à organização programática da formação docente. Conteúdos cuja compreensão, tão clara e tão lúcida quanto possível, deve ser elaborada na prática formadora. É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

De acordo com essa reflexão, pode-se analisar que o docente não deve se acomodar na fundamentação teórica, pois a busca do saber e o desenvolvimento da capacidade reflexiva tornam-se imprescindível na formação do docente.

Tendo em vista a necessidade da capacitação dos docentes, a SETEC juntamente com os CEFETs e Universidades de todo país, promoveram cursos anuais de Especialização em Proeja dando também seguimento ao acordo de Cooperação Técnica-Científico-Pedagógica Proeja, SETEC que tinha por objetivo fazer a implantação e o desenvolvimento de núcleos de pesquisa sobre o Proeja, assim como do fomento à criação de linhas de pesquisa que contemplassem a proposta do Proeja nos cursos de Pós – Graduação *stricto sensu*.

Portanto, ao historicizar a modalidade de ensino da EJA e o Programa PROEJA, torna-se cada vez mais evidente que o objetivo da EJA e PROEJA trabalharem com a formação de jovens e trabalhadores desfavorecidos, tem como finalidade a capacitação intelectual e profissional desses trabalhadores. E também para que esse jovem e adulto trabalhador possa estar capacitado para competir no mercado do trabalho. Percebe-se que estas modalidades de ensino também estão voltadas para a inclusão social destes trabalhadores.

Atualmente, o PROEJA, vem tentando estabelecer a universalização do Ensino Médio com o intuito de atingir os “jovens das classes populares” (BRASIL, 2007, p. 06).

Porém, a implementação e expansão do PROEJA, requer políticas públicas voltadas para formação profissional, que apresentem propostas de mudanças curriculares, mas também a formação do corpo docente para atuação neste trabalho. Será necessário também que as instituições que ofereçam o Proeja, CEFET, Sistema S, municípios e estados, estejam preparadas para ter uma compreensão ampla da realidade brasileira, para que se possa elaborar uma política de desenvolvimento e valorização da educação profissional e tecnológica de nível médio. Para contribuir com essa necessidade foi elaborado o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Este catálogo tem como função mostrar as ofertas dos grupos tecnológicos culturais, ambientais e produtivos para que o jovem de nível médio possa se orientar em busca do curso ao seu perfil.

Para a instalação do Programa Proeja nas cidades serão realizadas pesquisas regionais formando cinco núcleos de observatório, que abrangem as cinco grandes regiões brasileiras: Região Norte, Região Nordeste, Região Centro-Oeste, Região Sudeste e Região Sul, onde serão estabelecidos os seguintes institutos: Instituto Federal do Pará, Instituto Federal do Ceará Instituto Federal de Goiás, Instituto Federal Fluminense e Instituto Federal do Sul Rio Grandense. Estas instituições são responsáveis pelos Boletins Técnicos, que tem finalidade de analisar a relação das demandas sociais existente no mercado de trabalho, nessas mesorregiões anteriormente citada. (SERRA, 2009)

Sendo assim, a cidade de maior influência será considerada como Pólo Regional, pois, após a pesquisa de campo e dados coletados pode ser analisado qual é a aptidão local. Desta forma após a pesquisa concluída é que será ofertado o curso mediante o nível focal. (SERRA, 2009)

É importante lembrar, que a estrutura e o desenvolvimento dos cursos para a capacitação do jovem e adulto trabalhador, realizado pelo IF Goiás da integração do curso PROEJA com Profissional e Tecnológico, tem como objetivo formar cursos que possa atender a dinâmica do mundo do trabalho, bem como, na capacitação dos discentes e docentes jovens e adultos e também preparar estes cidadãos para a conquista de um trabalho sob contrato formal, na perspectiva de que reduza o trabalho no campo da informalidade proporcionando melhores condições de vida para o jovem e adulto trabalhador.

CAPÍTULO III

EJA E PROEJA: A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA E A INCLUSÃO

Este capítulo tem como objetivo esclarecer que a inserção de jovens e adultos trabalhadores na educação de EJA e PROEJA, poderá aumentar as possibilidades deste educando se tornar capacitado profissionalmente, dando a este trabalhador condições de concorrer e se inserir no mercado de trabalho com maiores chances para obter um emprego melhor. Podendo assim melhorar sua capacidade intelectual e adquirir melhor padrão de vida social. Assim, o educado poderá fazer uma nova leitura de mundo, pois como já foi citado anteriormente, a educação nos torna claro que o aprender deve ser contínuo na vida de todo cidadão.

Pode-se observar que a educação é um fator de grande importância na composição do caráter humano e na inclusão do trabalhador de baixa renda no mercado de trabalho como também a necessidade da capacitação da prática do docente, dessa forma podemos refletir nas palavras de Freire (1996, p. 11)

A necessidade de assumirmos uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização. Para tal o saber – fazer da auto – reflexão crítica e o saber ser da sabedoria exercitados, permanentemente, podem nos ajudar a fazer a necessária leitura crítica das verdadeiras causas da degradação humana e da razão de ser do discurso fatalista da globalização.

De acordo com a trajetória de Paulo Freire direcionando seu trabalho na perspectiva de proporcionar mudanças na educação, vemos que ele não se limitou apenas a alfabetização de jovens e adultos, mas se fez presente na idealização de uma educação libertadora e conscientizadora da opressão existente no Brasil.

Paulo Freire (1996) trabalhava com a educação numa perspectiva de conscientizar as classes trabalhadoras, de que a elevação do seu nível intelectual os libertaria da opressão da elite dominadora que os

mantinham como analfabetos funcionais fazendo deste cidadão um trabalhador subalterno e com finalidades eleitoreiras. Na perspectiva de Paulo Freire a educação poderá levar o trabalhador a refletir sobre suas condições de trabalho e salário precário.

Assim, os jovens e adultos trabalhadores devem estar conscientes de que a educação não deve se restringir apenas a alfabetização, mas deve ser um ato contínuo na vida do educando trabalhador, levando-o a prosseguir os estudos. Nos dias atuais isso significa concluir o ensino fundamental, em seguida nível médio e assim sucessivamente, pois à medida que conquista sua graduação este educando também estará conquistando sua liberdade intelectual e maiores possibilidades de obter um emprego melhor.

Portanto, em busca de uma educação libertadora para os trabalhadores de jovens e adultos, Freire (1987, p. 16-17) faz referências às forças opressoras utilizadas no Brasil, país colonizado por elite e que mantém a mesma forma de manipulação sobre as classes trabalhadoras.

A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos.

Nesta elucidação, Freire (1987) demonstra sua preocupação com a formação do educando trabalhador, bem como com a inclusão social deste. Nessa disputa de classes sociais que Paulo Freire nos leva a refletir sobre a prática dos educadores em busca de alternativas e de propostas para formação do cidadão no dia-a-dia do trabalhador jovem e adulto, possibilitando - lhe exercer sua cidadania com dignidade.

Discutir a temática da educação e a necessidade de sua transformação para a preparação dos jovens e adultos trabalhadores é na verdade discutir a relação entre educação e trabalho, e na realidade escolar brasileira é também discutir a educação profissionalizante.

A educação é um princípio básico para o desenvolvimento político, social e econômico de qualquer sociedade. Portanto com o desenvolvimento econômico, os avanços tecnológicos num mundo globalizado, as mudanças políticas e sociais ocorridas no Brasil, tornou-se necessário que houvesse mudanças na educação para acompanhar este desenvolvimento.

Dessa forma a educação na modalidade da EJA também passou por vários processos e tornou-se não só uma proposta educativa, mas um projeto de resgate social trazendo consigo a função reparadora no sentido de educação para todos. O direito de uma escola de qualidade e do reconhecimento do ser humano de acesso digno e social. As transformações dessa modalidade possibilitavam aos indivíduos a inserção no mundo do trabalho. A EJA abre oportunidade para pessoas de todas as idades e atende ao público de jovens e adultos trabalhadores de todos os segmentos sociais, tais como senhoras donas de casa, aposentados, imigrantes, dentre outros.

Assim a EJA e o Proeja oportuniza aos jovens e adultos uma educação qualificadora com objetivo de atualizar conhecimento, mostrar habilidades, trocar experiências, ter acesso a novas formas do trabalho e cultura. E para melhor atender as exigências do mundo do trabalho é necessário que a capacitação desses Jovens a adultos trabalhadores seja realizada de forma permanente, desenvolvendo a potência do educando em quadros escolares e não escolares. (Caruaru, 2004)

A partir da conscientização de fazer mudanças na educação de jovens e adultos, as políticas voltadas para essa modalidade observaram que para inserir o educando no mundo do trabalho, deveria também propiciar o entendimento que a busca pela capacitação profissional deve ser permanente, uma vez que este educando sem formação profissional, se tornará excluído em nossa sociedade capitalista que gera grande concorrência no mundo do trabalho. Dessa forma, o educando trabalhador, tanto aquele que trabalha na economia informal quanto o que trabalha na economia formal, deve procurar o ensino em instituição escolar profissional, municipal, estadual ou particular para que possa

estar apto a competir neste mercado de trabalho que está cada vez mais exigente devido às inovações tecnológicas.

Com a necessidade de formar o educando como ser capaz de entender que a formação do ser humano é por toda vida, e que este jovem e adulto trabalhador ao ingressar na modalidade de ensino EJA ou PROEJA, este educando será intelectualmente transformado e também capacitado profissionalmente para encontrar novas possibilidades de um emprego melhor, estando o mesmo consciente de seus direitos e deveres políticos.

A formação profissional específica e continuada é uma necessidade permanente, tanto pelas condições objetivas de milhões de jovens e adultos vem e buscam e dela necessitam, quanto pelas necessidades econômicas e pela mudança na forma da organização do processo produtivo. (BRASIL, 2007, p. 24).

Considerando que a modalidade de ensino da EJA ou o programa PROEJA, possibilita melhoria na formação do educando, tornando-o, um ser capaz de obter uma melhor leitura de mundo, dessa forma percebe-se que a EJA e o PROEJA tem seu trabalho voltado para resgatar e reinserir no sistema escolar brasileiro, milhões de jovens e adultos tornando possível o acesso à educação e a formação profissional com perspectiva de uma formação integral.

Porém a integração entre ensino médio e educação profissional para um público de EJA e PROEJA ainda é uma novidade na educação brasileira. Possivelmente ainda terá que romper muitos desafios para atingir o objetivo de atender a população trabalhadora de baixa renda, mas percebe-se que esta modalidade de ensino, tem se tornado um instrumento de grande importância para o resgate da cidadania de uma determinada parcela de trabalhadores brasileiros que foram excluídos do sistema escolar por diversos fatores sociais. Portanto, até que se discuta ou forme outro programa educacional com objetivo de resgatar da exclusão social o jovem e adulto trabalhador e reintegrá-lo na sociedade, a EJA e o PROEJA, certamente ainda representam uma boa possibilidade de atender os desafios de uma educação inclusiva. (BRASIL, 2007)

Portanto, entende-se que a EJA e sua integração no Proeja vem sendo atualmente o recurso para o resgate de cidadãos trabalhadores marginalizados pelo sistema econômico do nosso país. Mas quando se faz uma avaliação da realidade social e econômica do Brasil, observamos que a educação nunca atingiu todas as camadas da população trabalhadora, ou seja, da população geradora da mão-de-obra barata no país.

Possivelmente a educação de jovens e adultos ainda não tenha atingido toda população trabalhadora, pelo fato dessa modalidade de ensino trabalhar com sujeitos marginalizados pelo sistema, que geralmente são sujeitos de baixa renda ou desempregados, com diversidade de etnias, ribeirinhos, camponeses, trabalhadores informais, pessoas que geralmente devido à dificuldade de encontrar um trabalho na economia formal e com bom salário por falta de conclusão do ensino fundamental “regular”, recorrem à modalidade EJA educação de jovens e adultos e o programa Proeja.

Não podemos negar a existência de sujeitos que fazem parte de uma população que sobrevive de subempregos, outros em condição de pobreza extremada, e também de uma população carcerária formada por homens, mulheres, jovens e adultos marginalizados, com escolaridade inferior ao ensino fundamental. Julião (2003).

Tudo isso agrava o quadro de desigualdade social no Brasil e que a educação, tanto o ensino regular como a modalidade EJA e PROEJA, possivelmente não poderá solucionar na luta de ingressar ou fazer a inclusão desses cidadãos na sociedade na tentativa de fazer justiça social.

Neste caso mesmo que a educação tenha sido estabelecida pela Constituição Federal em 1988, educação como direito de todos, deve ser necessário que o Estado recorra à outra forma de solucionar este problema de exclusão social que agrava a situação educacional, mas que é gerada em decorrência da má distribuição de renda no país, pois o modelo de desenvolvimento econômico existente no Brasil reflete a desigualdade social. Nesse sentido o Documento Base do Proeja afirma:

Que o modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente no Brasil, produto da dependência econômica externa histórica do país, é baseado nas exportações agroindustrial, agropecuária e de matérias-primas e na importação acrítica das tecnologias produzidas nos países de capitalismo avançado. Isso, ao longo do tempo, vem fazendo com que o país não tenha um modelo próprio de desenvolvimento orientado às necessidades econômicas e melhorias sociais. Ao invés disso, historicamente, prevalece a submissão aos indicadores econômicos ditados desde fora, aos organismos internacionais de financiamento e aos investidores internacionais, principalmente os de curto prazo, na verdade, especuladores. (BRASIL, 2007, p 20)

Geralmente os países emergentes capitalistas optam por essa política de mercado globalizado, como uma das características desse tipo de economia que objetiva importar cada vez mais tecnologias. Essa lógica de mercado global tende a favorecer as classes dominantes e empobrecer as classes trabalhadoras, uma vez que essa economia provoca achatamento salarial e excesso de mão-de-obra barata devido à falta de profissionalização da mesma.

Pode-se constatar que o modelo econômico do Brasil, faz com que o acesso a educação no Brasil esteja diretamente ligada à condição socioeconômica de cada indivíduo. Sendo assim, as escolas privadas voltadas para os cursos de ciências e artes, que possui custo elevado serão destinadas as elites, enquanto aos filhos dos trabalhadores de classe operária são destinadas as escolas públicas. Isso caracteriza a real diferença de classe social no Brasil.

Apesar de a sociedade brasileira fazer parte do sistema capitalista, gerador das grandes diferenças sociais, o que se pretende com a formação educacional e profissional, da EJA e o PROEJA é formar uma sociedade mais igualitária.

A respeito da perspectiva, de transformar o Brasil numa sociedade mais justa, pode-se refletir nas palavras de Freire (1996, p. 55).

Assim, a educação torna-se um processo imprescindível à humanidade e ao processo civilizatório, mais do que um instrumento da realização ocupacional e do capital.

Conforme as reflexões realizadas acerca dos problemas sociais e econômicos do sistema brasileiro, relacionado anteriormente, percebe-se que a EJA e o PROEJA ainda que seja um programa de grande importância para a formação e capacitação do jovem e adulto da classe trabalhadora, pode ser a oportunidade de ampliar seus conhecimentos, seus meios de sobrevivência, bem como o acesso à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EJA e o PROEJA, podem representar uma possibilidade de ensino viável para o resgate social, bem como a integração do jovem e adulto trabalhador ao mercado de trabalho, pois em um país que se paga impostos altíssimos a classe sacrificada é a trabalhadora que de certa forma, não sobra tempo e nem condições financeiras para se profissionalizar conforme as exigências do mercado, ou seja, a qualificação com dedicação plena.

O PROEJA é um programa que tem o objetivo de dar oportunidade para o jovem e adulto trabalhador de classe desfavorecida, que concluiu o ensino fundamental e médio, e que necessita de capacitação para adquirir melhores condições de trabalho. Na perspectiva de colaborar com o educando, este programa estabelece entre suas regras de inscrição os direitos e deveres do educando, sendo o direito do aluno o auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais), para ajudar na manutenção do aluno quanto às despesas de alimentação transporte e para aquisição de material didático, desejando que através desta medida este programa possa estar incentivando a permanência do aluno na escola, reduzindo a evasão escolar e podendo contribuir com a inclusão social.

Por se tratar de uma sociedade que apresenta uma grande contradição social, devido à má distribuição de renda no Brasil, nota-se que fazemos parte de uma sociedade composta por uma população com poder aquisitivo bastante diferenciado. Percebe-se que a minoria dessa população faz parte da elite dominadora, que possivelmente não tenha insatisfação quanto sua educação, sua formação e capacitação profissional, uma vez que a elite pode usufruir dos melhores padrões de ensino, tanto dentro ou fora do país. O restante da população que é maioria formada por trabalhadores tanto da economia formal quanto informal, são os que sofrem com os problemas econômicos e sociais do país. Estes trabalhadores formam grupos de diversas categorias, que geralmente podem estar satisfeitos em relação a sua profissão, mas

possuem problemas com sua renda, pois esta nem sempre é satisfatória. Quanto ao quadro econômico dos trabalhadores da economia informal, em sua maioria, não conseguiram uma profissão rentável por não terem concluído seus estudos, e conseqüentemente possuem trabalhos mais desconfortáveis e mal remunerados.

Apesar de que a educação de jovens e adultos, ou a educação de forma geral, tem sido vista internacionalmente como processo de desenvolvimento e crescimento econômico de cada país, o governo e a sociedade brasileira também não podem responsabilizar apenas a educação pela inclusão social. A LDB 9394/96 garante o acesso ao ensino fundamental a todos os que não tiveram acesso em idade adequada. Porém será de grande importância que as autoridades percebam que não se faz um cidadão atingir o exercício pleno da cidadania concluindo apenas o ensino fundamental ou o ensino de nível médio profissionalizante.

Embora a EJA e o PROEJA ainda não consigam atingir totalmente todas as categorias de baixa renda para inclusão social, é um dos únicos instrumentos que a sociedade dispõe para a conquista da profissionalização e inclusão de jovens e adultos trabalhadores desfavorecidos. Também é obrigação do Estado elaborar políticas para reduzir os diversos problemas sociais existentes no país devido à má distribuição de renda. Uma vez que só a educação não será suficiente para transformar essa sociedade capitalista numa sociedade igualitária. Já que as leis são estabelecidas pelo Governo Federal, cabe a este órgão elaborar leis adequadas para atender as diversidades dos problemas sociais existente neste país.

Portanto não se pode responsabilizar essa modalidade de ensino por uma total inclusão social, pois, talvez não seja possível atingi-la em sua totalidade e sim reduzir em maior proporção o nível de excluídos, pois além do mal uso das verbas, existe outro fator que se torna um problema para a inclusão, que é a incompatibilidade entre a demanda e procura do curso, ou seja, a oferta dos cursos são pequenas em relação à grande

população de jovens e adultos trabalhadores desfavorecidos em busca de profissionalização, outro fator é a falta de divulgação do mesmo.

É importante salientar que até aqui a modalidade de ensino EJA e PROEJA, passou por várias dificuldades com autoridades de ensino, pois as diversas trocas de governo geravam uma descontinuidade do programa, mas ainda é preciso superar as dificuldades com a distribuição de verba liberada à educação, uma vez que esta fosse melhor distribuída haveria uma possibilidade de melhoria para as modalidades de ensino, melhoria na remuneração e qualificação dos docentes, o discente e a inserção do mesmo ao mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

COMERLATO, Denise Maria. **Dimensões teórico-metodológicas na prática educativa com adultos trabalhadores.** In: Aprendendo com Jovens e Adultos: revista do Programa de Ensino Fundamental para Jovens e Adultos Trabalhadores. Porto Alegre: UFRGS, PRORESC e FACCED, 1999.

CORRÊA, Arlindo Lopes (ed.). **Educação de massa e ação comunitária.** Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAAL. 1979. 472 p.

CURY, C.R.J. **Por uma nova educação de jovens e adultos.** IN: Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação, Formação de Professores, 2002.

CUNHA, Célio da A. Pedagogia no Brasil: in LARROYO, Francisco. **História geral da pedagogia.** São Paulo: Mestre Jou, 1974. Apêndice, p. 880-915.

_____. Decreto nº. 5.154, de 23/07/2004 - Regulamenta o par. 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26/07/2004.

FAZOLI Filho, A. **História Geral.** São Paulo: Editora Brasil. 1977

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade.** 6. ed. São Paulo: Moraes. 1986. 142 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** SP: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS.M. **A política de educação profissional no Governo Lula:** um percurso histórico controvertido. Educ. Soc. vol.26 nº.92 Campinas Out. 2005.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Política pública de educação penitenciária:** contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). PUC – Rio, abr.2003.

_____. Lei nº 9394, de 20/12/1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, 23/12/1996.

MOURA, T. M. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 1999.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Fontes, **Histórias e Historiografia da Educação**. São Paulo: Autores Associados, 2004 (Coleção Memória da Educação).

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Documento Base.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso: 13.08.2009.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 agosto 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **<http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/>**

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. Fontes, **Histórias e Historiografia da Educação.** São Paulo: Autores Associados, 2004 (Coleção Memória da Educação).

_____. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 agosto 2009.

Secretaria de Educação de Caruaru. As funções da Educação de Jovens e Adultos. 2004. www.estadualcaruaru.hpg.com.br/eja.htm

SERRA. R. Observatório Nacional do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica – Núcleo Centro Oeste. IF – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiás – Fevereiro/2009. http://www.ifgoias.edu.br/dap/images/downloads/relatorio/2008/relatorio_d_e_gestao_2008..pdf/

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: uma reflexão histórico crítica. Disponível em: http://aveb.univap.br/opencms/opencms/sites/ve2007neo/pt-BR/imagens/27-06-07/Ticxs/trabalho_148_paola_anais.pdf. Acesso em: 13-08-2009.

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Freire. Acessado em 13-08-2009.

Disponível em: www.tvcbrasil.com.br/salto/.../bal/tetxt1.htm. Acessado em 13-08-2009.

Disponível em: www.Carlos-rosa.com. Acessado em 13-08-2009.

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/rev_brasileira.pdf. Acessado em :13-08-2009.